

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

ATA DO GRUPO DE TRABALHO  
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Aos dezoito de junho de dois mil e vinte (18/06/2020), em virtude da Decretação da Situação de Emergência em Saúde Pública para prevenção ao contágio pelo COVID – 19 e da Portaria Conjunta nº 01 de 20/03/2020, o Grupo de Trabalho constituído em reunião do Conselho Municipal de Cultura realizada por videoconferência em 09 de junho, realizou a terceira reunião de forma remota com a presença de Adriano Esturilho, Dito Salgado, Paulo Sandrini, Paula Gomes, Isadora Flores, Bernardo Beduino, Téo Ruiz, Loismary Pache, José Roberto Lanza, Maria Angélica da Rocha Carvalho, Ana Cristina de Castro (Presidente da FCC), Breno Lemos (superintendente da Secretaria Municipal de Finanças) e Cibele Fernandes Dias (chefe de gabinete do Prefeito). Adriano abre a reunião agradecendo a presença de Ana Cristina e demais convidados e passa a palavra para apresentações. Ana Cristina cumprimenta os presentes, parabeniza pelo trabalho desenvolvido pelo GT, o qual tem otimizado o tempo e trazido contribuições importantes e pertinentes. Comunica que a SGM está em negociação com os vereadores quanto às emendas parlamentares e apresenta o superintendente Breno, para o qual passa a palavra. Breno agradece a oportunidade de estar presente e lembra que em reunião realizada em maio se comprometeu em monitorar a situação do Fundo Municipal de Cultura, fala sobre a resolução de abril da SMF onde, devido a uma projeção de frustração de receita em torno de 600 milhões, realizaram um contingenciamento geral de 500 milhões, e desde lá trabalham com o orçamento de acordo com a estrita obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente tratando-se de ano eleitoral. A situação não mudou muito, assim não tem firmeza em mudar o entendimento de abril, em que pese o auxílio federal por conta da COVID-19, estão atentos para garantir o uso desses recursos para sua finalidade principal, assim continuando na mesma situação. Adriano sugere abrir para falas para aproveitar a presença do Breno e assim altera a pauta, iniciando pelas questões do Fundo Municipal de Cultura. Adriano pede a Paula que inicie as inscrições para falas e solicita a Téo que explique sobre as discussões que estão acontecendo com os coletivos. Téo agradece a presença dos representantes da Secretaria Municipal de Finanças e do gabinete do Prefeito e ressalta a importância da abertura para o diálogo, relata que separou alguns pontos de reflexão discutidos por ele e várias outras pessoas para deixar claro porque estão aqui neste diálogo com a Prefeitura. Diz que sabem que o orçamento é uma escolha de gestão, que sabem da legalidade e em nenhum momento foram contrários a isso e reconhecem que os funcionários aqui presentes são técnicos e entendem muito de tudo isso, mas volta a frisar que orçamento é escolha de gestão. Relata que a FCC, mesmo com a falta de pessoal e outras carências, faz um ótimo trabalho, reconhecido por todos. Mas como sociedade civil tem que atentar para a política pública de cultura, que é mais do que programação, editais e incentivos. Assim fez uma elucubração com alguns valores, como um exercício mesmo, sem entrar em um estudo mais aprofundado, e acredita que estão falando em torno de 40/45 milhões em projetos aprovados pelo PAIC, entre FMC e MS, bons projetos. Sabem que a lei determina 50% dos valores para FMC e 50% para MS, e na LOA tem em

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

torno de 12/14 milhões para cada, mas que só atingiram esse valor no MS, o FMC sempre sofre contingenciamento e não chega nem perto dos valores previstos na LOA. Essa gestão aumentou os investimentos no FMC, mas ainda fica muito abaixo do mercado ideal. Pergunta, porque o FMC não consegue ficar próximo ao MS? Em 2020 os valores destinados ao MS se esgotaram em janeiro, os projetos são bons e captam rápido, assim pedem uma flexibilização na execução dos projetos nesse ano, para injetar recursos na economia da cultura. Já para o FMC tem uma previsão em LOA de 14 milhões, algo já foi usado, mas teriam ainda pelo menos 11 milhões, se descontingenciados. Agora falando da Lei Emergencial, o recurso do PL deriva de recursos superavitários do fundo nacional, no total de 3 bilhões e 600 milhões, destes 12 milhões para Curitiba. Resumindo, se somar os valores do MS, FMC (totalmente descontingenciado) e Lei Emergencial, ainda assim não chegariam ao valor necessário no mercado (40/45 milhões). Somado a isso tem-se a dificuldade de não saber-se ao certo como será distribuído esse valor pelas esferas de governo, assim fica mais árdua a organização. Por exemplo, como será feito com os R\$ 600,00 de subsídio direto, não sabem, não tem diálogo com a esfera estadual. Ana Cristina faz um aparte para esclarecer que o auxílio de R\$ 600,00 será de responsabilidade do governo estadual, ficando a cargo dos municípios os editais e ajudas a espaços culturais. Téo dá continuidade reafirmando que nem em uma situação tão precária conseguiu-se chegar a valores razoáveis para a cultura. Reconhece a importância dos editais da FCC, mas lembra que está muito aquém da necessidade. Comenta sobre Recife que tem Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Cultural, com um orçamento geral em torno de 130 milhões, só para comparação. Acha que o sistema de fomento de Curitiba é muito bom, mas precisa de mais recursos. Fala de uma pesquisa do Reino Unido ou Estados Unidos, onde os artistas aparecem em primeiro lugar nas profissões consideradas inúteis e declara que tem certeza que a Prefeitura de Curitiba não pensa da mesma forma, que reconhece a importância da cultura e dos artistas. Estão aqui somando esforços, sem desrespeitar as leis, para dialogar e encontrar saídas para o descontingenciamento do FMC, que somado aos valores da Lei Emergencial, possam amenizar a situação tão crítica. Acredita que a Prefeitura de Curitiba tem a oportunidade de sair na frente e valorizar a cultura. Finaliza afirmando que a situação está desesperadora e pede para ouvir a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Finanças, sendo que com a FCC já existe uma conversa constante. Isadora deixa claro que a situação da COVID é complicada para todas as áreas, não só a cultura, mas que tem-se que ter a consciência que os artistas foram os primeiros a parar de trabalhar e serão os últimos a voltar, sendo assim mais prejudicados. Tem que lembrar dos colegas que estão passando fome. Falando dos recursos da Lei Emergencial, existe uma expectativa que o Presidente assine até 01 de julho, mas a situação precária já vem desde março. Chama a atenção que a cultura, além de ser símbolo da nossa cidade, gera renda e movimenta a economia, principalmente no turismo e gastronomia. O Prefeito fala sempre em seus discursos da Curitiba que ele tanto gosta, e os artistas trabalham para isso. Questiona se os 60 milhões de empréstimos para asfalto retornam economicamente para a cidade. Financiamento em cultura também é investimento que gera outros recursos. Finaliza falando sobre o contrato de gestão com o ICAC, 40 milhões

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

para três anos, sendo que recebe valores para programação e a mesma foi cancelada, não seria possível o ICAC realizar editais para auxílio aos artistas? Breno toma a palavra para responder a questionamentos anteriores, mas antes esclarece que em toda sua fala não quis de maneira nenhuma ser legalista, não estando se defendendo nas leis, só quis dar um panorama geral para entenderem as dificuldades, a situação de COVID é um agravante mas, infelizmente, não estão liberados das amarras legais. Se solidarizam muito com a situação e não está aqui apenas para falar de regras. Com relação ao FMC não trata-se apenas de disponibilidade orçamentária, tem que casar com a disponibilidade financeira. Tem recursos que já são carimbados e não podem ser usados em outras ações, os controles internos e externos acompanham, e isso não é ruim, mas na situação atual tem-se que ficar atentos. Quanto a fala da Isadora esclarece que quando fala de recurso de investimento, o mesmo não pode ser utilizado para custeio ou folha de pagamento. E no caso de empréstimos é permitido apenas para investimento. O empréstimo do Banco do Brasil é específico para execução de asfalto, inclusive com detalhamento do objeto, nada pode sair disso. Sabe que trata-se de uma situação de emergência, mas as regras os deixam de mãos atadas. Infelizmente não é tão simples assim, tudo passa por orçamento, financeiro e por vezes o entendimento por parte do cidadão fica difícil. Ana Cristina comenta que teve uma informação que deve-se aguardar o segundo semestre. Breno concorda e completa que precisa aguardar a retomada para avaliar-se o impacto real na arrecadação, não se está falando da normalidade, mas pelo menos uma retomada que possibilite uma análise da possibilidade de descontingenciamento, ou a necessidade de novos contingenciamentos. Não é o que se quer, mas depende da estabilidade para análise de fluxo de caixa e daí poder tomar as decisões. Por fim pede paciência, que tentemos zelar por todos, mas deve-se obedecer a legalidade. Ana Cristina complementa que devemos persistir na Lei Emergencial, e nesse ínterim verificar o que se consegue a nível municipal. Adriano coloca algumas dúvidas específicas: o financiamento do asfalto é recente ou já foi liberado antes da pandemia? Existe algum financiamento possível para apoiar a área da cultura? Após a estabilidade, quanto tempo será necessário para ter uma posição com relação ao FMC? Insiste na possibilidade de financiamento, existe algum estudo da PMC para empréstimos que beneficiem outras áreas, como a cultura? Cibele Fernandes Dias, chefe de gabinete do Prefeito, entra na reunião. Breno retoma a explicação quanto aos empréstimos, que os recursos são liberados com autorização prévia do poder executivo e liberação das instituições financeiras, com finalidades explícitas em lei. Os bancos só permitem empréstimos para investimento, custeio não é permitido. Tem algumas manutenções como pintura, por exemplo, que são consideradas custeio, e não podem receber financiamentos para sua execução, é bem complexo. Financiamento só para capital, não para despesas de custeio, independente da área. Quanto a previsão de data para retorno sobre as verbas do FMC relata que tem-se atualização semanal sobre o cenário, previsão de receitas e sua frustração. Na medida que tenham uma situação melhor do que a que prevista, vai se descontingenciar. Semana que vem pode fazer um update, mas hoje não estaria sendo sincero em uma previsão de data. Ana Cristina apresenta Dra. Cibele Fernandes Dias e esclarece que a presença dela foi solicitada para

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

retorno da possibilidade de agenda com Prefeito e resposta à carta aberta enviada à PMC, mas que ela irá acompanhar toda a reunião. Cibele cumprimenta os presentes e relata que faz a organização da agenda do Prefeito e no momento aguarda apenas um breve relato da SMF e da FCC, sobre as questões aqui trazidas, para agendar com o Prefeito. Isso se deve a necessidade de otimizar o tempo das reuniões por conta das regras de segurança devido a pandemia. Paula pergunta se os valores do FMC são específicos e carimbados para a cultura, e foram contingenciados para criar superávit? Diz entender todas as ações de cuidados da PMC, mas ressalta que os artistas estão em situação de vulnerabilidade e não dá pra esperar esse “tempo” da PMC. Breno esclarece que o FMC é orçamentário destinado a cultura, mas reafirma que é necessário ter o lastro financeiro. Na medida em que a arrecadação não acontece como o previsto, é necessário o contingenciamento orçamentário. Paulo pergunta se os financiamentos são direcionados só para investimentos. Breno reafirma que sim, são apenas capital e não custeio. Paulo conclui então que para cultura nada de financiamento e pergunta: na gestão do Greca qual foi a área mais afetada por contingenciamento e onde podem ser encontrados esses dados. Breno diz ter uma resolução que acompanha o Decreto e foi publicada em Diário Oficial do Município. Explica que não é fácil realizar o contingenciamento tentando sempre prejudicar o mínimo possível, minimizar os danos. Beto contribui com o esclarecimento sobre empréstimo/financiamento dando o exemplo do Centro Cultural da CIC, relata que trata-se de um investimento com recursos de um financiamento de um projeto de moradias, onde a contrapartida é a construção de um centro cultural. Téo declara serem muito importantes os esclarecimentos de Breno e muito bom a presença de Cibele, mas enfatiza que tudo depende da maneira que a prefeitura leva seu orçamento, escolhas. Acha muito bom que a prefeitura seja cautelosa e imagina quão complexo deve ser tudo isso. Justamente quer entender porque nesse momento não é possível flexibilizar pela cultura, queria saber se existe outro setor onde os trabalhadores pararam em março e só voltam em 2021. Se precisar do apoio da Câmara de Vereadores vão atrás, tem o apoio deles. Falam muito do FMC, renda básica pelo FMC, porque é o fundo que conhecem, mas não será possível usar outros fundos? De assistência social talvez. Com participação e acompanhamento da FCC, algum cadastro, validação, podem migrar para a assistência social, a FAS pode ajudar de alguma maneira. Estão falando desse momento emergencial, especificamente de urgência, não é uma situação normal. Comentou da FAS, mas pode ser qualquer outro setor que a prefeitura entenda viável. O importante é entender que a situação é muito séria, as pessoas estão passando necessidades. Adriano comenta que entende as amarras que tanto o Breno quanto a Ana Cristina tem em suas funções legais. Dirige-se então a Cibele para intermediar uma reunião com o Prefeito, entende que tratam-se de decisões políticas, definição de prioridades, só assim para conseguir um auxílio. Precisam sensibilizar o Prefeito para priorizar a cultura. Pergunta se por tratar-se de uma situação de calamidade pública não existe alguma flexibilização possível. Ana Cristina fala da parceria que já existe com a FAS na distribuição de cestas básicas para os artistas, pede ao grupo auxílio na indicação de nomes de artistas que precisam desse apoio. Breno fala que uma situação de calamidade pública está mais atrelada a área jurídica do que

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

financeira, que os recursos do FMC tem rubricas muito especificas, dificultando sua utilização. Paula Gomes sai da reunião justificando a ausência por compromissos já assumidos e agradece a participação dos convidados. Isadora pergunta sobre o planejamento das ações do ICAC, se existe alguma maneira de gerar recursos para os artistas e se existe a possibilidade de estreitar a relação com o estado, também visando mais recursos. Ana Cristina informa que, devido ao contingenciamento das verbas da FCC, o ICAC também teve cortes, que priorizam a manutenção dos funcionários justamente para preservar a cadeia produtiva, e que Beto pode falar um pouco mais do contrato de gestão e das ações do COVID. Quanto a relação com o estado, informa que tem contato direto com a superintendente Luciana e que já combinou com a mesma de realizar um GT com representantes do Conselho Municipal de Cultura de Curitiba e participantes de outros municípios do Paraná, para juntos discutir a Lei Aldir Blanc. A nível municipal já estão trabalhando em um alinhamento com a Câmara de Vereadores para alterações pontuais na Lei de Incentivo Municipal para viabilizar repasses de fundo a fundo. Ana Cristina ainda sugere que o GT realize uma reunião exclusiva para debater a Lei Aldir Blanc e suas regulamentações, para viabilizar recursos sem prejudicar os artistas e gestores públicos quando da prestação de contas desses valores. Beto contextualiza a situação atual do ICAC concordando com Ana Cristina onde o desafio foi fazer o possível para não haver prejuízo de pessoal, migraram tudo o que foi possível de ações presenciais para execução on-line, mantendo assim grande parte do que está previsto no contrato de gestão, garantindo a manutenção de pessoal e mantendo injeção de recursos na cadeia da economia da cultura. Exemplifica com o projeto “Passeio em Casa” onde houve uma reorganização na programação para compra de licenciamento de filmes de Curitiba para exibição. Basicamente o que era feito no mundo físico foi para o mundo digital. Reforça o esforço em se manter os postos de trabalho, mesmo diante do contingenciamento imposto. Isadora agradece a resposta e reforça a necessidade de abertura para alterações nos projetos do PAIC, pois assim contribuem para manter a cadeia produtiva da economia da cultura. Paulo volta para outros pontos já abordados anteriormente, que esta é uma situação emergencial, que não são um setor que costuma fazer pressão, mas quando o Prefeito cede a pressões da associação comercial do Paraná, dos bares e outros, ficam prejudicados, uma vez que com a abertura precipitada do comércio tiveram um agravamento da pandemia e isso pode refletir em um retorno tardio para área da cultura. Pede que suas considerações cheguem ao Prefeito. Téo cita a fala de Ana Cristina quanto a distribuição de cestas básicas, diz que é uma ação muito necessária, mas não pode ser a única. Reforça a possibilidade de ajuda de custos emergencial se possível pela FAS ou por outra secretaria determinada pelo Prefeito. Quanto a coordenação com o Estado acha imprescindível e extremamente necessária reunião do GT sobre a Lei Aldir Blanc, mas lembra que precisam de um plano B caso a Lei não seja sancionada ou sofra vetos. Sobre a fala do Beto declara ser muito importante os esforços em se manter os postos de trabalho. Reforça a fala de Paulo para reunião com o Prefeito para que priorize as ações em benefício dos artistas, outros setores flexibilizam, conseguem diálogo rápido, mas os artistas não conseguem. Por fim declara que a classe artística depende do Estado, sendo Prefeitura, Governo Estadual e Governo Federal. Cibele

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

esclarece que em um primeiro momento o decreto de fechamento de shoppings e academias foi determinado pelo Estado, com o agravamento da pandemia a PMC publicou o Decreto 774/2020 com determinações sobre fechamento de vários locais públicos. Avisa que o Estado ficou de publicar novo decreto na data de amanhã (19/06) e dependendo das determinações do novo decreto estadual o decreto 774 poderá ser revisto. Esclarece ainda que todas as áreas estão sendo recebidas pela prefeitura na figura de seus secretários, por exemplo as academias foram recebidas pelo Secretário de Esporte e Lazer, a Cultura pela Presidente da Fundação Cultural e assim por diante. Mas reforça que assim que recebido relatório da área cultural elaborado pela FCC e SMF passará as informações para o Prefeito e que a PMC se solidariza com as demandas da classe, e nesse momento as prioridades são direcionadas para a saúde, mas todos são atendidos. Ana Cristina agradece a possibilidade de diálogo, elogia a atuação do GT, um grupo muito maduro. Fala da importância da união de todos, que os integrantes da classe tenham em nós da PMC pessoas que sempre estão para dar apoio e trabalhar em conjunto. Pede agenda de reunião exclusiva sobre a Lei Aldir Blanc para o início da próxima semana, se possível. Beto solicita a Angélica que organize o documento com as sugestões do GT para o novo edital para dar prosseguimento o quanto antes. Angélica esclarece que a relatoria do documento é de Paula e Isadora, mas acredita que já está finalizado. Isadora informa que o documento está pronto e que a intenção era validar na reunião de hoje, mas devido o tardar da hora vai enviar por whatsapp para considerações do GT. Isadora agradece Ana Cristina pelos esforços para aprovação da Lei Aldir Blanc, diz ter acompanhado o trabalho e elogia a dedicação. Adriano encaminha então a ratificação do documento oficial com as sugestões para o edital FCC por whatsapp até o início da tarde de amanhã (19/06) e se compromete em enviar o documento final formalmente para a Presidente da FCC, por e-mail, até amanhã final da tarde. Adriano convida a todos para participarem da reunião com os coletivos que ocorrerá hoje às 20h por vídeo conferência, importante encontro com 50 coletivos que terão voz e possibilidade de participação. Téo reforça o convite de Adriano e agradece a presença dos convidados e dos diretores da FCC. Paulo também agradece a presença dos convidados e os esclarecimentos dados por Beto. Angélica pergunta sobre aprovação da Ata da reunião de 16 de junho, todos estão de acordo e a Ata fica aprovada. Adriano encerra a reunião agradecendo a presença de todos, em especial dos convidados, ficando a próxima agendada para o dia 23 de junho, 15h, com pauta única - Lei Aldir Blanc e presença de Ana Cristina de Castro. Sendo o que havia, eu, Maria Angélica da Rocha Carvalho, lavrei a presente Ata que segue com a minha ciência e dos demais presentes, relacionados abaixo.

Adriano Esturilho

Ana Cristina de Castro

Bernardo Beduino

Breno Lemos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

Cibele Fernandes Dias

Dito Salgado

Isadora Flores

José Roberto Lanza

Loismary Pache

Maria Angélica da Rocha Carvalho

Paula Gomes

Paulo Sandrini

Téo Ruiz